

CONHECIMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1 para as questões de 01 a 07.

Despedida do TREMA

Estou indo embora. Não há mais lugar para mim. Eu sou o trema. Você pode nunca ter reparado em mim, mas eu estava sempre ali, na Anhangüera, nos aquíferos, nas lingüiças e seus trocadilhos por mais de quatrocentos e cinquenta anos.

Mas os tempos mudaram. Inventaram uma tal de reforma ortográfica, e eu simplesmente tô fora. Fui expulso pra sempre do dicionário. Seus ingratos! Isso é uma delinqüência de lingüistas grandiloqüentes!...

O resto dos pontos e o alfabeto não me deram o menor apoio... A letra U se disse aliviada, porque vou finalmente sair de cima dela. Os dois-pontos disseram que eu sou um preguiçoso, que trabalho deitado enquanto ele fica em pé.

Até o cedilha foi a favor da minha expulsão, aquele C cagão que fica se passando por S e nunca tem coragem de iniciar uma palavra. E também tem aquele obeso do O e o anoréxico do I. Desesperado, tentei chamar o ponto final pra trabalharmos juntos, fazendo um bico de reticências, mas ele negou, sempre encerrando logo todas as discussões. Será que se deixar um topete moicano posso me passar por aspas?... A verdade é que estou fora de moda. Quem está na moda são os estrangeiros, é o K, o W "Kkk" pra cá, "www" pra lá.

Até o jogo da velha, que ninguém nunca ligou, virou celebridade nesse tal de Twitter, que, aliás, deveria se chamar TÛITER. Chega de argüição, mas estejam certos, seus moderninhos: haverá conseqüências! Chega de piadinhas dizendo que estou "tremendo" de medo. Tudo bem, vou-me embora da língua portuguesa. Foi bom enquanto durou. Vou para o alemão, lá eles adoram os tremas. E um dia vocês sentirão saudades. E não vão agüentar!...

Nos vemos nos livros antigos. Saio da língua para entrar na história.

Adeus,

Trema

Disponível em: <http://observoeescrevo.blogspot.com/2010/05/despedida-do-trema-texto-de-lucasns.html>

01. Ao ler o texto, conclui-se que o trema

- A) teve uma vida efêmera.
- B) esteve sempre presente em muitos termos do nosso vocabulário.
- C) fez com que todos os outros sinais reivindicassem a sua permanência.
- D) foi excluído de todos os idiomas, inclusive do alemão.
- E) humildemente se despede, consciente de sua participação em nosso idioma.

02. Em qual das alternativas abaixo, o termo entre parêntesis tem o mesmo significado do termo sublinhado?

- A) "...mas eu estava sempre ali, na Anhangüera, nos aquíferos, (aquáticos) nas lingüiças..."
- B) "Inventaram uma tal de reforma (construção) ortográfica..."
- C) "Isso é uma delinqüência (crime) de lingüistas grandiloqüentes!..."
- D) "E também tem aquele obeso do O e o anoréxico (famélico) do I."
- E) "Chega de argüição, (conclusão) mas estejam certos, seus moderninhos:..."

03. Analise as proposições abaixo:

- I. A mesma regra que justifica a acentuação no vocábulo "você" aplica-se em "pé".
- II. Os termos "ortográfica" e "anoréxico" são acentuados por serem proparoxítonos.
- III. Aplica-se a mesma regra de acentuação para os termos "Até" e "aliás".
- IV. Os termos "língua" e "história" são acentuados por serem paroxítonos terminados em ditongo crescente.

Somente estão CORRETAS

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) I, III e IV.

04. Em uma das alternativas abaixo, o autor infringiu as normas da língua padrão quanto à colocação pronominal. Identifique-a.

- A) "Tudo bem, vou-me embora da língua portuguesa."
- B) "Nos vemos nos livros antigos."
- C) "O resto dos pontos e o alfabeto não me deram o menor apoio..."
- D) "A letra U se disse aliviada..."
- E) "...posso me passar por aspas?"

05. Analise as assertivas abaixo:

- I. Em: “...eu estava sempre ali, na Anhangüera, nos aquíferos, nas lingüiças...”, as vírgulas foram utilizadas para separar termos que exercem a mesma função sintática.
- II. Em: “Inventaram uma tal de reforma ortográfica, e eu simplesmente tô fora.”, a vírgula foi empregada para separar as orações unidas pela conjunção “e”, cujos sujeitos são diferentes.
- III. Em: “Até o cedilha foi a favor da minha expulsão, aquele C cagão que fica se passando por S e nunca tem coragem de iniciar uma palavra.”, a vírgula foi empregada para isolar o aposto.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, apenas. B) II, apenas. C) I e III, apenas. D) I e II, apenas. E) I, II e III.

06. Em: “Não há mais lugar para mim.”, o verbo significa existir, sendo exemplo de verbo impessoal, mantendo-se na 3ª pessoa do singular. Em qual alternativa abaixo, a concordância verbal está INCORRETA?

- A) Há dois anos, o trema foi abolido da nossa gramática.
B) Faz dois anos que o trema deixou de ficar sobre a letra U. D) Chovem várias críticas do trema devido a sua abolição.
C) Existem outros idiomas em que o trema permanecerá. E) Devem haver estrangeiros que gostam do trema.

07. Em “Saio da língua para entrar na história.”, existem dois verbos que não exigem complemento. Em qual das alternativas abaixo, os dois verbos possuem idêntica regência verbal?

- A) Viver intensamente todos os momentos que a vida nos oferece.
B) O trema se despediu dos seus usuários xingando-os.
C) Os alemães acolherão o trema, enquanto os outros estrangeiros o abolirão.
D) O trema deixou saudades nos usuários da língua portuguesa e foi aonde ninguém sabe.
E) O trema morreu há algum tempo no Brasil, indo morar em outros países.

08. Que tipo de relação semântica estabelecida pelo conector grifado existe no texto 2: “Aprender é uma coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende.” (Leonardo da Vinci)?

- A) Causalidade. B) Acréscimo. C) Consequência. D) Explicação. E) Conclusão.

Texto 3 para as questões 09 e 10.

Bom Humor

*Faça como os passarinhos: comece o dia cantando.
Cante qualquer coisa, cante desafinado, mas cante!
Ria da vida, ria dos problemas, ria de você mesmo.
A gente começa a ser feliz quando é capaz de rir da gente mesmo.
Ria abertamente para que todos possam se contagiar com a sua alegria.
Não se deixe abater pelos problemas.
O bom humor é contagiante.
Se você estiver bem-humorado, as pessoas ao seu redor também ficarão, e isso lhe dará mais força.*

Disponível em: <http://www.pazebem.blogspot.com/2011/02/bom-humor.html>

09. Após a leitura do texto, conclui-se que

- A) os passarinhos nunca estão de bem com a vida.
B) a felicidade começa quando se ri do próximo. D) nunca se deve rir de si mesmo.
C) só deve cantar quem tiver voz afiada. E) quando se canta e se ri, há espaço para o bom humor.

10. Analisando as afirmativas abaixo, coloque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () No trecho: “...ria de você mesmo.” O termo “mesmo” sofreria alteração, se o autor se referisse a uma pessoa do sexo feminino.
() Os termos sublinhados são de mesma classe gramatical.
() No trecho: “Faça como os passarinhos: comece o dia cantando...”, as formas verbais expressam ordem.
() No trecho: Cante qualquer coisa, cante desafinado, mas cante!, o termo sublinhado se refere ao verbo, exprimindo ideia de modo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- A) V, F, V, V. B) V, F, V, F. C) F, V, F, V. D) V, V, V, V. E) F, F, F, F.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Responda as questões de 11 a 18, de acordo com o Código Tributário do Município de Olinda.

11. A Legislação Tributária Municipal compreende leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município. São normas complementares das leis e dos decretos, EXCETO:

- A) Ordens de serviços.
- B) Portarias.
- C) Convênios firmados pelo Município.
- D) Instruções administrativas expedidas por autoridades administrativas.
- E) Constituição Estadual.

12. As leis que instituem ou majorem tributos entram em vigor

- A) trinta dias após a sua publicação.
- B) quarenta e cinco dias após a sua publicação.
- C) no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação.
- D) na data de sua publicação.
- E) a critério da autoridade competente municipal.

13. Os atos normativos restringem-se aos da lei em função dos quais sejam expedidos, podendo

- A) criar tributos.
- B) criar base de cálculo ou alíquotas dos tributos.
- C) ampliar as faculdades do fisco.
- D) dispor sobre matéria tratada na lei.
- E) criar formas de extinção do crédito tributário.

14. Assinale a alternativa CORRETA referente à conceituação legal de obrigação tributária principal.

- A) É a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática de atos nela previstos, no interesse da Fazenda Estadual.
- B) É a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem como único objeto o pagamento do tributo.
- C) É a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem como único objeto a penalidade pecuniária, extinguindo-se com o crédito dela decorrente.
- D) É a que decorre da legislação tributária e tem como objeto a abstenção de atos nela previstos, de interesse do fisco municipal.
- E) É a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

15. Assinale a alternativa CORRETA sobre os sujeitos da obrigação tributária.

- A) O sujeito ativo da obrigação tributária é o Município de Olinda, titular da competência privativa para instituir e arrecadar tributos.
- B) O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica obrigada ao pagamento dos tributos impostos pelo Município.
- C) O sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento do tributo imposto pelo Município.
- D) O sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa jurídica obrigada, apenas, ao pagamento das penalidades pecuniárias.
- E) O sujeito passivo da obrigação principal poderá ser o contribuinte, quando tiver relação indireta com a situação que constitua fato gerador do tributo.

16. A capacidade tributária consiste em a pessoa dispor de plena aptidão para adquirir direitos e assumir obrigações. Em relação à capacidade tributária passiva, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- B) Depende das limitações do exercício de atividades comerciais.
- C) A pessoa jurídica que opera na informalidade, mas é uma unidade econômica, localizada pela Fazenda pública, será tributada.
- D) Os bens ou patrimônio dos pródigos estão isentos de tributação, por serem considerados relativamente incapazes.
- E) Os ausentes, declarados tais por ato do juiz, não poderão ter seu patrimônio tributado.

17. “Domicílio é a sede jurídica da pessoa onde ela se presume presente para efeitos de direito e onde exerce ou pratica, habitualmente, seus atos e negócios jurídicos”. Conceituação da autora Maria Helena Diniz (Código Civil anotado. 2. ed. Saraiva, 1996. P. 54). Nos termos do Código Tributário do Municipal, assinale a alternativa CORRETA em relação ao domicílio tributário.

- A) A legislação tributária não permite ao contribuinte eleger seu domicílio tributário.
- B) A pessoa natural, em vez de sua residência, pode eleger como domicílio fiscal a sede da empresa onde ele exerce sua profissão.
- C) Em nenhuma hipótese, a autoridade administrativa poderá recusar o domicílio tributário do contribuinte.

- D) O domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito público será em qualquer de suas repartições, no território estadual.
E) É facultativa a indicação do domicílio tributário nas petições, requerimentos, recursos ou quaisquer documentos dirigidos ao fisco municipal.

18. Analise as assertivas que se seguem.

- I.** São pessoalmente responsáveis pelo crédito tributário o adquirente ou remitente pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, sem que tenha havido prova de sua quitação.
II. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação, incorporação ou cisão de outra é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas, incorporadas ou cindidas.
III. O inventariante não responde solidariamente pelos tributos devidos pelo Espólio.
IV. Os diretores de pessoa jurídica de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poder.
V. O sucessor é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo “de cujus” no valor do montante total do legado.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de assertivas CORRETAS.

- A) Uma. B) Duas. C) Três. D) Quatro. E) Cinco.

19. Sobre a Competência Tributária determinada pela Constituição, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A competência tributária é delegável, salvo atribuições das funções de arrecadar tributos ou de executar leis conferidas por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
B) Não constitui delegação de competência, o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
C) A atribuição não compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
D) A atribuição não pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral de pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
E) O não exercício da competência tributária a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

20. Assinale a alternativa CORRETA nos termos da legislação tributária atual.

- A) A emissão de nota fiscal constitui uma obrigação tributária acessória.
B) A competência extraordinária é aquela na qual a União institui novos impostos no caso de guerra externa que deverão ser suprimidos em até 10 anos.
C) A empresa que atua no ramo de prestação de serviços de conservação está obrigada a recolher o ISS sobre os serviços de seus empregados.
D) A obrigação tributária acessória surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade não pecuniária.
E) O lançamento tributário é efetuado com base na declaração do sujeito ativo.

21. Assinale a alternativa CORRETA em relação à interpretação e integração da legislação tributária.

- A) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.
B) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão do crédito tributário.
C) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na seguinte ordem: a equidade, a analogia, os princípios gerais do direito público e os princípios gerais do direito tributário.
D) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
E) A lei tributária poderá alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos de direito privado utilizados expressamente pela Constituição Federal.

22. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à exclusão do crédito tributário.

- A) A lei tributária que concede isenção deve ser interpretada restritivamente.
B) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.
C) A anistia dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.
D) A isenção não exclui o crédito tributário.
E) A isenção é extensiva às Taxas e às Contribuições de Melhoria.

23. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorrerá no prazo determinado, depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento. Qual o prazo determinado pelo Código Tributário Nacional na situação acima descrita?

- A) 45 dias. B) 60 dias. C) 20 dias. D) 30 dias. E) 15 dias.

24. Analise as assertivas que se seguem:

- I. O tributo é um pagamento compulsório, em moeda.
- II. O tributo só pode ser exigido por lei.
- III. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação e não, pela destinação do produto de sua arrecadação.
- IV. O tributo poderá ser constituído de sanção de ato ilícito.
- V. O tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de assertivas CORRETAS.

- A) Uma. B) Duas. C) Três. D) Quatro. E) Cinco.

25. Assinale a alternativa CORRETA nos termos do Código Tributário Nacional.

- A) A competência tributária é poder atribuído pela Constituição ao ente federativo. Não lhe pode ser retirada, mesmo que não a exerça.
- B) O poder de tributar do Estado é ilimitado.
- C) É permitido à União cobrar imposto sobre templos de qualquer culto.
- D) Em casos excepcionais, é permitido o aumento de tributo sem lei que o estabeleça.
- E) É permitida a cobrança de novo tributo no mesmo exercício financeiro.

26. Analise as assertivas no tocante ao Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer Natureza.

- I. O fato gerador do imposto é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda ou do provento.
- II. A base de cálculo do imposto é o montante real, arbitrado ou presumido, das rendas ou dos proventos tributáveis.
- III. O imposto retido mensalmente, na fonte é considerado como antecipação do devido na declaração anual do ajuste.
- IV. O lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação.
- V. O Contribuinte do imposto é o titular da disponibilidade econômica e jurídica de renda e proventos, sem prejuízo de atribuir a lei essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens, produtos de renda ou dos proventos tributáveis.

Estão CORRETAS

- A) I e II, apenas. B) II e III, apenas. C) todas. D) IV e V, apenas. E) II, IV e V, apenas.

27. Assinale a alternativa INCORRETA em relação à Taxa e à Contribuição de Melhoria.

- A) A taxa é espécie do gênero tributo, cobrada por todos os entes federativos, desde que instituída por lei.
- B) A taxa tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou serviço público prestado ou colocado à disposição do contribuinte.
- C) A taxa não é específica nem divisível e destina-se a custear os gastos gerais dos entes federativos.
- D) A Contribuição de Melhoria é cobrada em razão de obra pública da qual resulte valorização do imóvel.
- E) A Contribuição de Melhoria não tem alíquota, e seu limite é o total da despesa realizada, que será rateada entre os beneficiários.

28. Assinale a alternativa CORRETA sobre uma das características do ICMS.

- A) Pessoal.
- B) Cumulativo.
- C) Direto.
- D) Seletivo, em função da essencialidade da mercadoria.
- E) De competência da União.

29. Analise os impostos que se seguem.

- I. IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
- II. ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- III. ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direito a eles relativos
- IV. IPI - Imposto sobre Importação
- V. Imposto Extraordinário

Assinale a alternativa CORRETA que corresponde ao(s) imposto(s) de competência estadual.

- A) I e II. B) III. C) IV e V. D) V. E) I e V.

Responda as questões de 30 a 38 nos termos do Código Tributário de Olinda

30. O direito da Fazenda Municipal de Olinda de aplicar penalidades extingue-se no prazo de

- A) três anos, contados da data da infração.
- B) cinco anos, contados da data da infração.
- C) dez anos, a partir da data do auto de infração municipal.
- D) quatro anos, a partir da data do auto de infração municipal.
- E) dois anos, contados da data da infração.

31. Um determinado contribuinte compareceu, espontaneamente, à repartição fiscal competente para sanar irregularidades cometidas. Ele será

- A) isento da aplicação de penalidade.
- B) punido apenas com multa e apreensão de documentos.
- C) atendido, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- D) punido apenas com juros e correção monetária.
- E) isento do pagamento do tributo.

32. As multas previstas na legislação municipal de Olinda serão aplicadas e calculadas de acordo com os critérios indicados e em razão das seguintes infrações, EXCETO:

- A) não cumprimento pelo contribuinte de obrigação tributária principal, que resulte no atraso de pagamento de tributo de lançamento direto.
- B) não cumprimento pelos responsáveis de obrigação tributária principal que resulte no atraso de pagamento ou recolhimento a menor de tributos de lançamento por homologação.
- C) ação que direta ou indiretamente prejudique a Fazenda Municipal.
- D) sonegação fiscal.
- E) cumprimento por contribuinte de obrigação tributária acessória.

33. A reincidência é a participação de falta idêntica pelo mesmo contribuinte anteriormente responsabilizado em virtude de procedimento fiscal, já transitado em julgado, administrativamente. A reincidência em sonegação fiscal pela legislação municipal será punida com

- A) multa em dobro.
- B) multa em triplo.
- C) multa simples.
- D) suspensão das atividades econômicas e comerciais.
- E) fiscalização pelo Sistema Especial de Controle, por ato próprio do Secretário da Fazenda.

34. Integram o Sistema Municipal de Olinda os tributos abaixo citados, EXCETO

- A) Contribuição de Melhoria.
- B) Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza.
- C) Imposto de Transmissão Inter Vivos.
- D) Imposto de Renda.
- E) Taxa de utilização de serviços públicos.

35. Um contribuinte que tenha falecido, deixando bens que, por força de lei, sejam insusceptíveis de execução. Nesta situação, caberá ao Secretário da Fazenda Municipal

- A) cancelar administrativamente os débitos.
- B) cancelar judicialmente os débitos.
- C) cobrar o valor com descontos previstos na legislação.
- D) cobrar o débito aos sucessores do falecido.
- E) suspender o débito até a decisão do processo fiscal.

36. Assinale a alternativa CORRETA sobre o IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana.

- A) O IPTU incide sobre o imóvel que, localizado fora da zona urbana, seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção não se destine ao comércio.
- B) O contribuinte do IPTU é, apenas, o proprietário do imóvel.
- C) O IPTU é anual, mas não se transmite aos adquirentes.
- D) Não são considerados zona urbana do Município os sítios e as áreas loteadas ou não, com ou sem denominação própria.
- E) A base de cálculo do imposto será o valor do imóvel à época de sua aquisição pelo contribuinte.

43. A Lei complementar Nº 020/2003 alterou o Código Tributário do Município de Olinda no que dispõe sobre o ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviço considerada atividade preponderante do prestador.
- B) A incidência depende da identificação do imposto, de forma simples, ampla, extensiva com os serviços prestados na lista de serviços designados pela legislação atual.
- C) O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- D) O Imposto não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens explorados sob o regime de concessão com o pagamento de tarifa pelo usuário final do serviço.
- E) O imposto não incide sobre serviços prestados em relação de emprego.

44. Assinale a alternativa CORRETA a respeito das Taxas, segundo o Código Tributário Municipal.

- A) A Taxa de Expediente não integra o elenco das taxas cobradas pelo Município.
- B) O contribuinte das taxas é sempre qualquer pessoa física que tenha à sua disposição qualquer serviço prestado pelo município.
- C) A utilização de meios de publicidade em geral independe de licença prévia da Administração Municipal.
- D) A ocupação de áreas em vias e logradouros públicos destinados à exposição e a atividades de caráter cultural ficará isenta do pagamento da Taxa de Licença.
- E) As troças carnavalescas, regularmente inscritas na Prefeitura, mesmo atendendo aos critérios estabelecidos por regulamentos próprios, não estão isentas de taxas.

45. Ainda sobre as Taxas Municipais, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Taxa pela Instalação de Máquinas e Motores será exigida em face da instalação dos equipamentos, não sendo relevante se estes estão em funcionamento.
- B) Os artesãos que auferirem renda de valor insignificante, a critério do Secretário da Fazenda, serão isentos do pagamento da Taxa pela utilização de máquinas e motores.
- C) A Taxa de Publicidade será paga antecipadamente, por ocasião da outorga da licença.
- D) A Taxa de Publicidade tem como fato gerador a veiculação nas vias e nos logradouros públicos bem como nos locais de acesso ao público, de qualquer tipo de publicidade.
- E) O pagamento da Taxa pelo Exercício de Comércio ou Atividade Eventual Ambulante dispensa o pagamento da Taxa de Ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.

46. A Taxa de Limpeza Pública tem como fato gerador a prestação de serviços municipais de, EXCETO

- A) Coleta de lixo.
- B) Limpeza dos esgotos e de águas pluviais.
- C) Coleta especial de lixo.
- D) Colocação de recipientes coletores de lixo.
- E) Coleta eventual de lixo.

47. Assinale a alternativa CORRETA a respeito da Contribuição de Melhoria nos termos do Código Municipal.

- A) Tem como único fato gerador a realização de obras públicas que constituam melhoria das condições de acesso para a comunidade local.
- B) O contribuinte do tributo é apenas o proprietário do imóvel.
- C) O valor a ser arrecadado dos contribuintes não poderá ultrapassar o valor da obra.
- D) O lançamento do tributo só poderá ser feito quando do início das obras.
- E) Não caberá ao contribuinte a diferença paga a maior, quando, no término da obra, for verificado que o lançamento foi superior ao apurado.

48. Compete à Secretaria da Fazenda a fiscalização dos tributos municipais. Compete aos auditores fiscais de tributos municipais a ação fiscal, que tem início com a lavratura do Termo de Ação Fiscal, com prazo para a conclusão de

- A) 30 dias.
- B) 45 dias.
- C) 20 dias.
- D) 60 dias.
- E) 90 dias.

49. Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal é a dívida proveniente

- A) de crédito de natureza tributária, inscrita após decorrido o prazo de 60 dias para apresentação da defesa.
- B) de crédito de natureza não-tributária, regularmente inscrito após 60 dias da decisão final, somente proferida em processo fiscal.
- C) de crédito de natureza tributária e não-tributária, regularmente inscrito após decorridos 90 dias de esgotado o prazo para defesa ou pagamento.
- D) de crédito de natureza fiscal, desde que decorra, exclusivamente, de decisão proferida em processo fiscal.
- E) de qualquer crédito regularmente inscrito no setor competente da Secretaria da Fazenda Municipal, após decorridos 30 dias de esgotado o prazo para pagamento.

50. O pagamento de débito decorrente da falta de recolhimento de tributos municipais, qualquer que seja a fase da cobrança, poderá ser efetuado em até

- A) 20 (vinte) parcelas mensais e consecutivas.
- B) 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas.
- C) 30 (trinta) parcelas mensais e consecutivas.
- D) 40 (quarenta) parcelas mensais e consecutivas.
- E) 50 (cinquenta) parcelas mensais e consecutivas.